

Quanto à distribuição dos 48.683 setores censitários segundo o IPVS, verifica-se que, em 2000, as áreas consideradas como de nenhuma vulnerabilidade, representavam 8,5% dos setores censitários, abrangendo 2,5 milhões de pessoas. Desse contingente, 99,5% situavam-se em áreas urbanas. Localidades com baixa ou muito baixa vulnerabilidade equivalem a 45,4% dos setores censitários, correspondendo a aproximadamente 17 milhões de pessoas. Tal como nos setores de nenhuma vulnerabilidade, essas áreas localizavam-se, basicamente, no perímetro urbano (98,7%) (Gráfico 1).

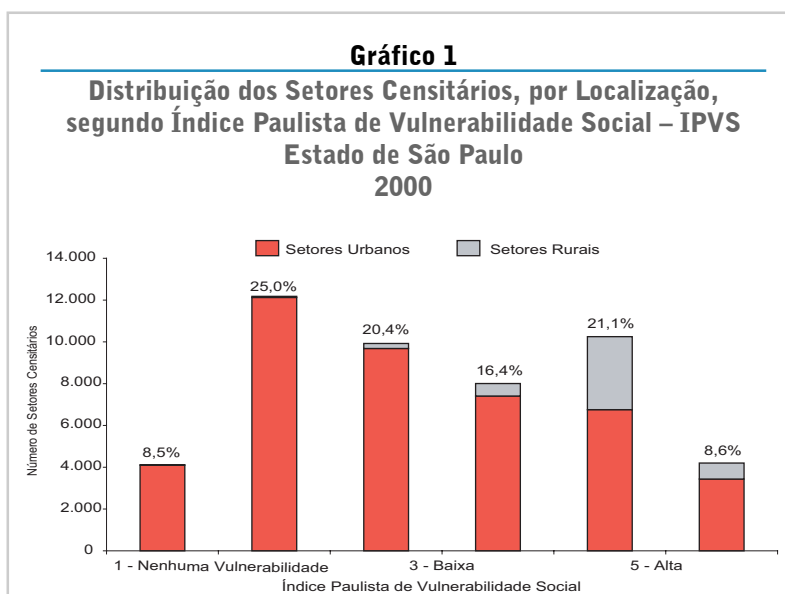
Esses resultados mostram, em primeiro lugar, que as áreas menos vulneráveis à pobreza (nenhuma vulnerabilidade, muito baixa e baixa) localizam-se, em sua quase totalidade, em áreas urbanas. Em segundo lugar, que do total de 37 milhões de habitantes do Estado de São Paulo, em 2000, mais da metade residia nessas áreas.

A outra parcela da população do Estado residia em áreas classificadas como de vulnerabilidade média, alta ou muito alta, correspondendo a 46,1% dos setores censitários. As áreas de vulnerabilidade muito alta englobavam 8,6% dos setores censitários do Estado, com aproximadamente 3,6 milhões de pessoas. Destas, quase 90% residiam em áreas urbanas. Cerca de 21% dos setores censitários de Estado correspondiam a áreas de alta vulnerabilidade, em boa parte situadas no meio rural (mais de um terço do grupo). Do total de setores censitários rurais existentes no Estado, 67,5% foram classificados nesse grupo.

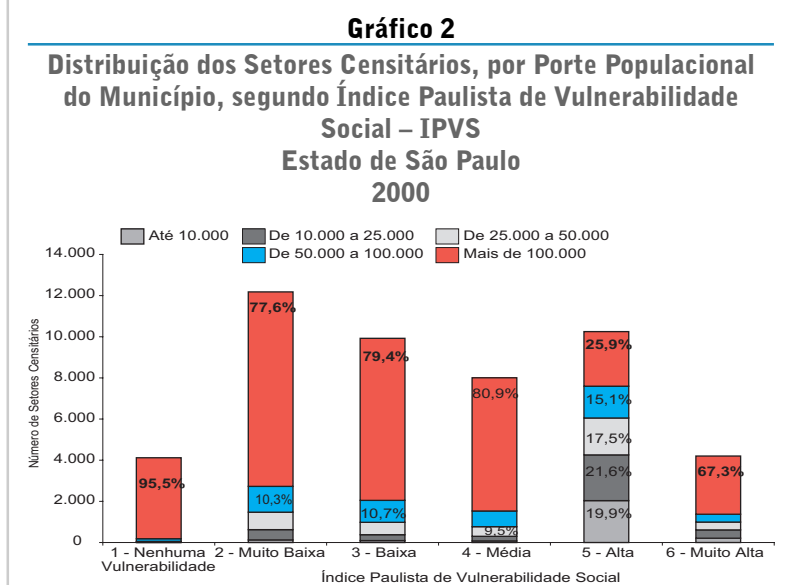
O IPVS detectou certa precariedade nas condições de vida

da população residente nos setores censitários rurais, uma vez que a maioria destes foi classificada nos grupos de vulnerabilidade média, alta ou muito alta. Isso englobava 92,1% de toda a população da zona rural, o que demonstra que ainda persistem diferenças importantes entre as condições de vida das populações urbanas e rurais em nosso Estado (Gráfico 1).

A distribuição do IPVS segundo o porte populacional do município, reflete a própria estratificação populacional do Estado. Municípios maiores, conseqüentemente com mais di-



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

versidade econômica, apresentam todos os seis níveis de vulnerabilidade. Deve-se destacar, no entanto, o fato de as áreas mais ricas do Estado (nenhuma vulnerabilidade) localizarem-se quase que exclusivamente em municípios com mais de 100.000 habitantes (95,5%), indicando a grande concentração da riqueza gerada no Estado de São Paulo nessa categoria de municípios (Gráfico 2).

Entretanto, as áreas de vulnerabilidade muito alta também estão localizadas, predominantemente, nos municípios de grande porte, reflexo da desigualdade existente no interior desses centros urbanos, com a expressiva presença de crianças e jovens expostos a variados riscos sociais.

O único grupo do IPVS que se diferenciava em termos de porte populacional é o de vulnerabilidade alta, que se concentra em municípios com população inferior a 25 mil pessoas. Nos 297 municípios com até 10.000 habitantes, aproximadamente 80% dos seus setores censitários estavam nesse grupo. Além disso, 106 desses municípios possuíam todos os seus setores censitários classificados nesse grupo. Resultados análogos foram observados para os 148 municípios com população entre 10.000 e 25.000 habitantes, em que mais de 60% dos setores foram classificados no grupo de vulnerabilidade alta.

Isso posto, torna-se muito importante fazer uma diferenciação entre os setores censitários classificados nesse grupo e situados em pequenos municípios e aqueles pertencentes a esse mesmo grupo, mas localizados em grandes áreas urbanas. Em um pequeno município, setores censitários que concentram famílias cujos chefes possuem níveis baixos de renda e escolaridade não tornam necessariamente seus moradores tão expostos a riscos sociais quanto setores semelhantes localizados em grandes cidades. Decerto, os efeitos negativos da segregação residencial tendem a ser muito mais intensos nos grandes centros urbanos e em regiões metropolitanas do que em pequenos municípios. Portanto, para o real

dimensionamento do risco social a que estão expostas essas populações, é necessário confrontar os resultados obtidos pelo IPVS com as características econômicas e sociais dos municípios que as abrigam.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social no Contexto do IPRS

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) busca mensurar os ativos acumulados por moradores de setores censitários. Já a avaliação do quanto são suficientes para impedir a situação de pobreza pressupõe o conhecimento da estrutura de oportunidades oferecida pelos municípios onde se localizam os referidos setores. Como uma aproximação dessa estrutura, utilizou-se a classificação dos 645 municípios do Estado de São Paulo realizada pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) em 2000. Esse indicador apresenta uma tipologia dos municípios paulistas que possuem características comuns em termos de desenvolvimento, possibilitando assim a identificação de seus principais problemas econômicos e sociais (Seade, 2003b).

Esse indicador, com origem no paradigma do desenvolvimento humano, compartilha com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a perspectiva de que o desenvolvimento é um processo que, além dos aspectos econômicos, deve considerar dimensões da vida social e da qualidade de vida dos indivíduos. No entanto, ao incorporar certas especificidades, decorrentes das situações particulares do Estado de São Paulo, permite a construção de um quadro mais detalhado das situações que interferem no bem-estar da sua população.

Na classificação do IPRS, encontram-se: os municípios mais ricos e populosos do Estado, onde parcelas significativas de sua população se beneficiam desse dinamismo econômico (Grupo 1); aqueles com bons indicadores de riqueza, mas incapazes de garantir à maior parte de sua população o desfrute de seu padrão econômico (Grupo 2); os pequenos municípios

com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações apresentam bons indicadores sociais, em consequência do melhor acesso a serviços de saúde e educação (Grupo 3); um grupo intermediário de municípios que vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, apesar da pouca riqueza ali existente (Grupo 4); e um último grupo de municípios que se mantêm em situação de pobreza (Grupo 5).

Diante desse cenário, pode-se admitir que setores censitários classificados em determinado grupo de vulnerabilidade social (IPVS) podem ter seu risco social potencializado ou neutralizado, dependendo do tipo de município em que estão localizados. Por exemplo, as famílias moradoras em áreas consideradas de vulnerabilidade alta no IPVS (caracterizadas por chefes com níveis baixos de renda e escolaridade e mais velhas, segundo o ciclo de vida familiar) podem apresentar piores níveis de bem-estar, caso estejam localizadas em municípios classificados no Grupo 2 do IPRS. Ora, famílias de baixa renda e com a presença de idosos dependem fundamentalmente dos serviços públicos de saúde, transporte, etc. para garantir sua qualidade de vida, mesmo se tais municípios sejam economicamente dinâmicos. Como nesses municípios há indicações de que a oferta de serviços não tem sido capaz de melhorar significativamente as condições de vida de suas populações, é de se esperar que famílias ali residentes que sejam muito dependentes destes serviços enfrentam sérios riscos de não serem adequadamente atendidas.

Porém, se localizadas no Grupo 3 do IPRS, seu nível de bem-estar pode ser significativamente maior, uma vez que tais municípios têm conseguido prover suas populações de uma série de benefícios sociais. É mesmo provável que, nesses municípios, os ativos financeiros e cognitivos necessários ao sustento dessas famílias sejam significativamente menores do que os exigidos em um município com economia mais dinâmica, como os pertencentes ao Grupo 2 do IPRS. Isso posto, segue uma

descrição dos resultados obtidos pelo IPVS segundo os cinco grupos do IPRS.

Municípios Pertencentes ao Grupo 1 do IPRS

Os municípios desse grupo apresentam níveis de longevidade, escolaridade e riqueza superiores ao do conjunto dos municípios do Estado de São Paulo. Em 2000, 63 municípios paulistas estavam classificados nesse grupo. Compreendendo praticamente todos os pólos regionais mais dinâmicos e populosos do Estado e situados basicamente ao longo das principais rodovias (Presidente Dutra e Anhangüera), neles residiam mais de 50% da população estadual. Em 2000, dos cerca de 19 milhões de habitantes desses 63 municípios, 8,0% viviam em áreas classificadas como de vulnerabilidade muito alta, o que equivale a um contingente de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, representando 41,0% do total da população residente neste tipo de setor censitário.

Em áreas de nenhuma vulnerabilidade, moravam 11,7% da população dos municípios do Grupo 1 do IPRS (2,2 milhões de pessoas, ou 86,2% da população residente nesse tipo de área no Estado de São Paulo). Quando se consideram, em conjunto, os três primeiros grupos do IPVS – nenhuma vulnerabilidade, vulnerabilidade muito baixa e vulnerabilidade baixa – observa-se que aproximadamente 65% da população desses municípios reside nesses tipos de setor censitário (Gráfico 3).

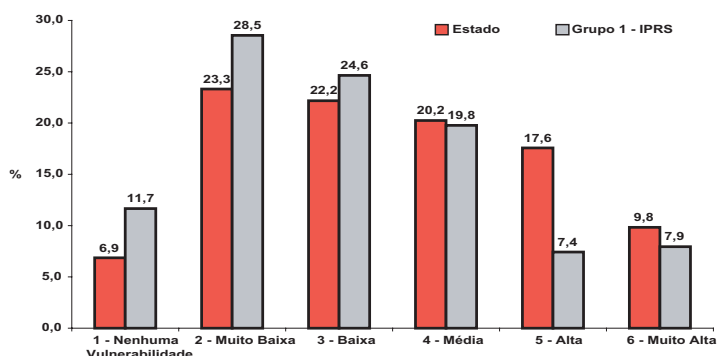
Na dimensão socioeconômica, observa-se o diferencial de renda segundo os grupos do IPVS: entre os chefes de domicílios dos setores censitários considerados de altíssima vulnerabilidade (muito alta), a média de renda é de aproximadamente R\$ 350, enquanto para os das áreas de nenhuma vulnerabilidade esse valor era quase 10 vezes maior, passando de R\$ 3.400. Os responsáveis residentes nas áreas de média ou alta vulnerabilidade auferiam, em média, rendimentos semelhantes, em torno de R\$ 500 (Gráfico 4).

Essa desigualdade torna-se mais evidente quando se analisa a apropriação da renda gerada pelo responsável do domicílio nos seis grupos do IPVS. Os chefes de domicílios residentes nas áreas de nenhuma vulnerabilidade correspondiam a quase 14% do total dos chefes, mas se apropriavam de quase 36% da renda gerada. No outro extremo, os chefes de famílias das áreas de maior vulnerabilidade (alta e muito alta), que representavam 13,8% do contingente de chefes, apropriavam-se de apenas 5,0% da renda (Gráfico 5).

O diferencial nas condições de vida entre os moradores desse grupo de municípios torna-se mais evidente quando se confrontam os níveis de escolaridade dos chefes de família. Enquanto, em 2000, os anos médios de estudo dos responsáveis por domicílios moradores das áreas mais vulneráveis (muito alta) não alcançavam cinco anos, com cerca de 17% deles não alfabetizados, nos setores classificados como de nenhuma vulnerabilidade, em média, os responsáveis concluíram pelo menos o ensino médio, sendo praticamente inexistente o analfabetismo (Gráfico 6).

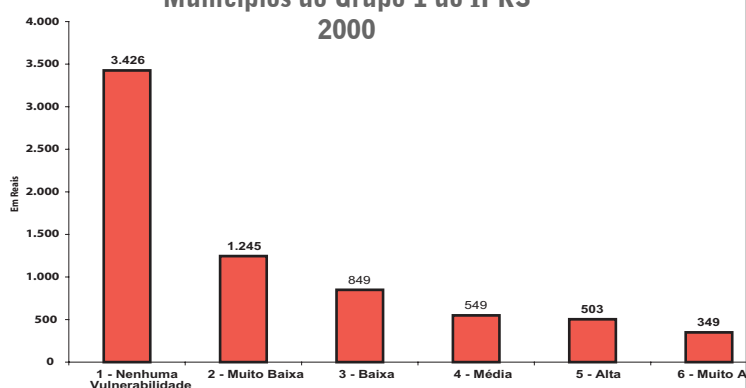
Quando se analisam os indicadores demográficos, o cenário delineado para os setores classificados como de vulnerabilidade muito alta alia chefes jovens de baixa escolaridade e presença de filhos pequenos (menos de cinco anos) e de

Gráfico 3
Distribuição da População, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 1 do IPRS e Estado de São Paulo
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

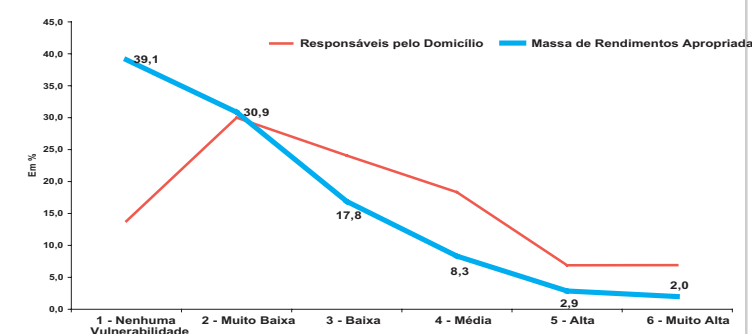
Gráfico 4
Rendimento Médio do Responsável pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 1 do IPRS
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Nota: Valores em reais de julho de 2000.

Gráfico 5
Proporção da Massa de Renda Apropriada pelos Responsáveis pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 1 do IPRS
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

chefia feminina, perfil que sugere elevado risco, para a próxima geração, de permanência nessas condições (Gráfico 7).

Em 2000, a análise do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS para esse grupo de municípios indica que, apesar de mais de 60% de sua população residir em áreas de nenhuma, muito baixa ou de baixa vulnerabilidade, são esses mesmos municípios que concentram a maior parte, em termos absolutos, da população submetida aos riscos inerentes à pobreza. Além disso, o processo de segregação socioespacial que ocorre nos grandes municípios paulistas, como São Paulo e Campinas, reflete e reforça esses resultados.

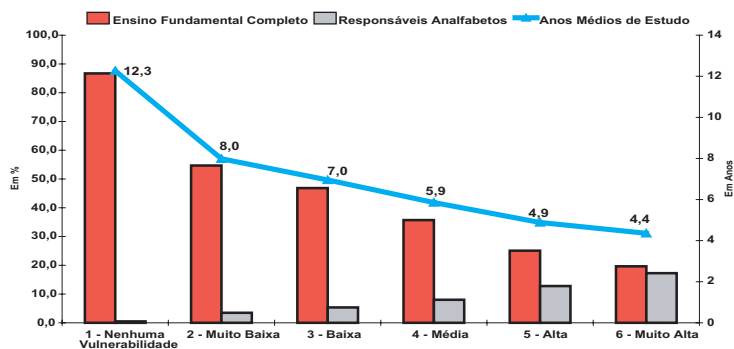
Municípios Pertencentes ao Grupo 2 do IPRS

Os municípios desse grupo caracterizam-se pelo dinamismo econômico associado a precárias condições de longevidade e escolaridade. Seus 79 municípios, com cerca de 10 milhões de pessoas, localizam-se, na sua quase totalidade, no entorno das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista. Este grupo comporta três tipos de municípios: industriais, como Mauá, Cubatão e Diadema, cuja riqueza elevada relaciona-se com a presença de indústrias de grande porte, mas que abrigam uma população, em geral, com baixos níveis de renda e escolaridade; aqueles que abrigam condomínios fechados de alta renda, como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra, mas com a permanência de padrões urbanísticos e de acesso a serviços sociais muito precários, evidencian-

do a elevada segregação socioespacial que os caracteriza; e os turísticos, em que, ao lado de casas de veraneio e condomínios de luxo, convive uma população com baixo nível socioeconômico, trabalhando primordialmente na prestação de serviços.

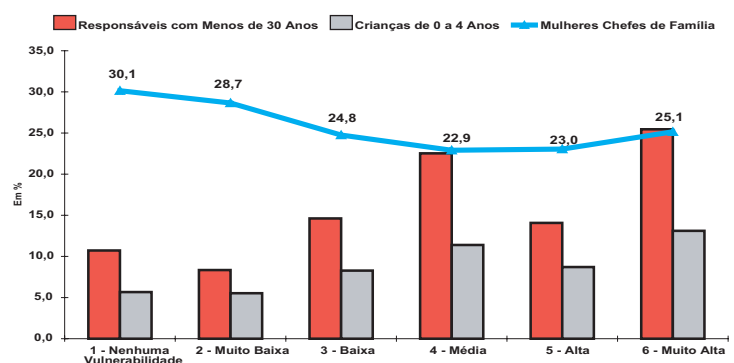
Essa situação é reafirmada pelos resultados do IPVS, em 2000, uma vez que, nesses municípios, registrou-se uma das piores distribuições do indicador. Enquanto, no Estado de São Paulo, 47,6% da população residia em áreas de vulnerabilidade média, alta ou muito

Gráfico 6
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo e Anos Médios de Estudo, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 1 do IPRS
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Gráfico 7
Responsáveis pelo Domicílio com Menos de 30 Anos, Mulheres Chefes de Família e Crianças de 0 a 4 Anos, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 1 do IPRS
2000



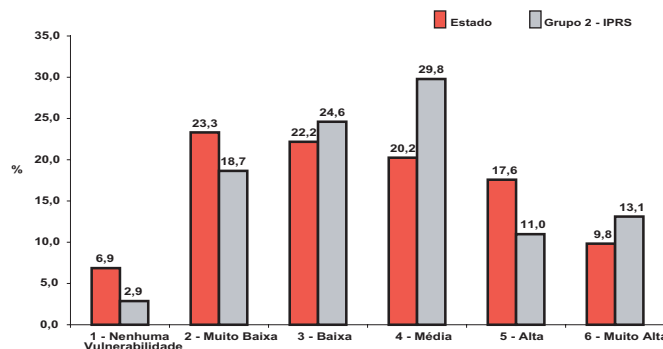
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

alta, nesses municípios tal contingente totalizava 53,9% de seus habitantes. No outro extremo, cerca de 7% da população paulista morava em setores classificados como de nenhuma vulnerabilidade, sendo que, nestes municípios, esta proporção era de apenas 2,9% (Gráfico 8).

Em relação à renda, observa-se uma distância crescente entre os níveis de renda dos chefes de domicílios nos seis grupos do IPVS. Nos domicílios dos setores censitários de nenhuma vulnerabilidade, os chefes obtinham uma renda média de R\$ 3.189,00, enquanto nas áreas de vulnerabilidade muito alta auferiam, em média, R\$ 366,00, valor que corresponde a cerca de um nono dos primeiros (Gráfico 9).

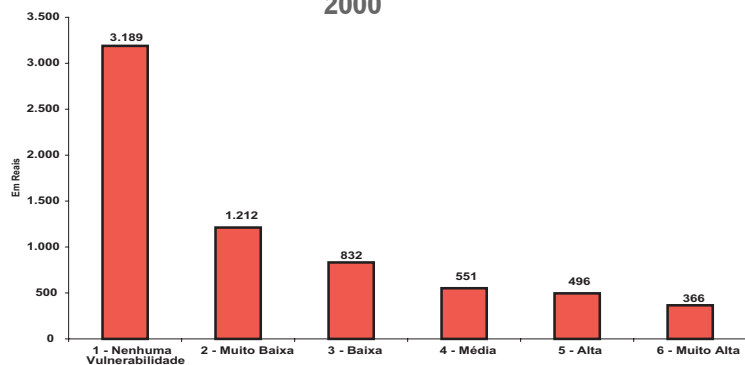
A desigualdade econômica existente em municípios desse grupo do IPRS é ainda mais evidenciada quando se observa a apropriação da massa de rendimentos dos responsáveis pelo domicílio segundo os diferentes grupos populacionais do IPVS. Os responsáveis pelo domicílio nas áreas de nenhuma vulnerabilidade, que representavam pouco mais 3,3% do total dos chefes, apropriavam-se de aproximadamente 13% do total da renda. Quando se agrega a este percentual o correspondente às áreas de vulnerabilidade muito baixa, observa-se que 41,3% da renda gerada pelos chefes de domicílio é apropriada por 23,8% deles. Em oposição, os 12,1% de responsáveis

Gráfico 8
Distribuição da População, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 2 do IPRS e Estado de São Paulo
2000



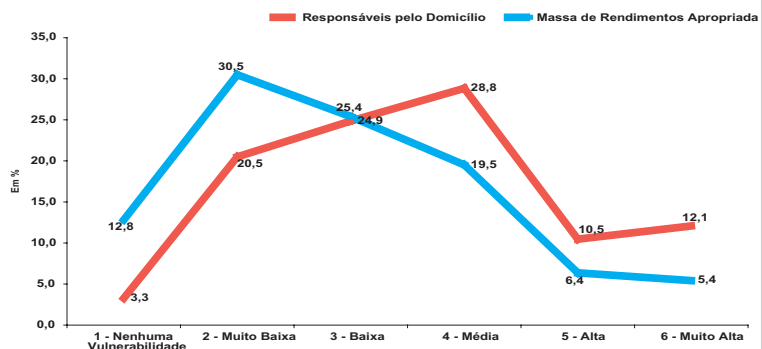
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Gráfico 9
Rendimento Médio do Responsável pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 2 do IPRS
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Gráfico 10
Proporção da Massa de Renda Apropriada pelos Responsáveis pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 2 do IPRS
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

residentes em setores censitários de vulnerabilidade muito alta, apropriam-se de apenas 5,4% do total desses rendimentos (Gráfico 10).

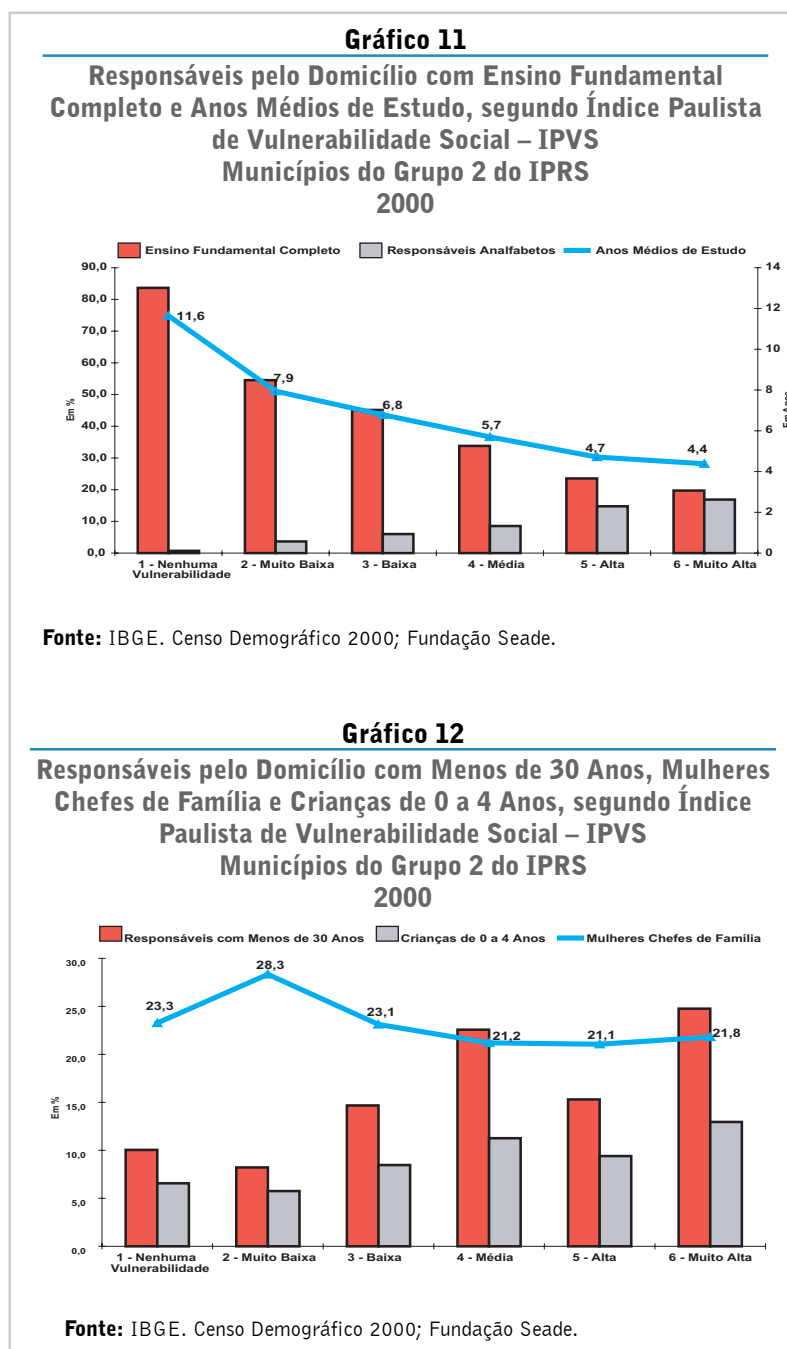
Os dados relativos à escolaridade reafirmam essa desigualdade, pois, nas áreas de vulnerabilidade muito alta, quase 17% dos responsáveis de domicílios são analfabetos e, entre os responsáveis alfabetizados dessas áreas, observa-se uma média inferior a cinco anos de escolaridade. No entanto, nas áreas de nenhuma vulnerabilidade ou muito baixa, a maioria deles completou, pelo menos, o ensino fundamental, sendo o analfabetismo praticamente inexistente (Gráfico 11).

Em termos dos indicadores demográficos, verifica-se, no Grupo 2 do IPRS, o mesmo padrão dos municípios mais desenvolvidos do Estado (Grupo 1 do IPRS). Aproximadamente um quarto dos responsáveis pelos domicílios dos setores censitários com vulnerabilidade muito alta tinha idade inferior a 30 anos e 13% de seus moradores eram crianças com menos de cinco anos. Deve-se destacar, no entanto, que nesse grupo de municípios o percentual de chefes mulheres nas áreas mais vulneráveis não se diferencia do conjunto dos setores censitários, indicando a predominância dos arranjos familiares formados pelo casal e filhos pequenos (Gráfico 12).

Essa análise demonstra a precariedade das condições de vida de significativas parcelas da população residente nesses municípios. Em 2000, tais localidades concentravam, proporcionalmente, o segundo maior contingente de moradores

residindo em áreas de vulnerabilidade muito alta no Estado de São Paulo. Se somados aos moradores das áreas com média e alta vulnerabilidade, totalizavam, aproximadamente, 54% de sua população. Esse quadro é agravado quando se considera o tipo de município em que se inserem esses setores censitários: aqueles de relativa riqueza, mas deficientes em termos de infra-estrutura social que possibilite a seus moradores proteção efetiva à pobreza.

Além disso, o fato desse grupo incorpo-



rar parcela significativa de municípios localizados no entorno da Região Metropolitana de São Paulo coloca a questão da segregação espacial existente no espaço da metrópole, um dos mais importantes reprodutores das desigualdades sociais nas grandes áreas urbanas do Brasil. Esse quadro de municípios de relativa riqueza mas com grandes contingentes populacionais submetidos à situação de pobreza ou com os riscos inerentes a ela potencializados faz parte de um cenário maior, que é a própria dinâmica de desenvolvimento da região metropolitana.

Municípios Pertencentes ao Grupo 3 do IPRS

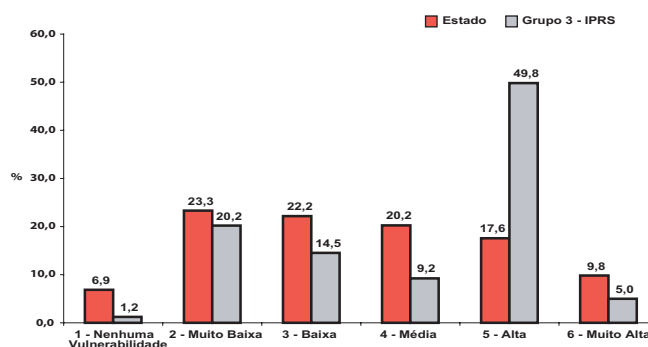
O Grupo 3 do IPRS compõe-se de municípios com baixo nível de riqueza municipal mas com indicadores médios de escolaridade e elevada condição de longevidade. Reúne 200 municípios concentrados no oeste paulista e majoritariamente de pequeno porte, com uma média de 16 mil habitantes por município. Suas boas condições sociais podem ser explicadas pelo seu pequeno porte – que tornaria mais eficientes e transparentes os instrumentos de descentralização das políticas sociais –, pela continuidade do padrão histórico de emigração

dessas áreas e pelos baixos níveis de mortalidade por causas externas.

Em 2000, a distribuição do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) refletia tanto a pouca riqueza quanto o perfil demográfico desses municípios – populações mais idosas quando comparadas aos demais municípios do Estado de São Paulo. Essa combinação foi a principal responsável por 49,8% da população desses municípios, em 2000, estar residindo em áreas consideradas de vulnerabilidade alta, que são justamente caracterizadas por baixo nível de renda e famílias mais velhas. Além disso, o percentual de moradores residentes em setores classificados como de vulnerabilidade muito alta correspondia a 5%. Da mesma forma, era praticamente inexistente a presença de setores censitários de nenhuma vulnerabilidade, pois pouco mais de 1% dos habitantes população desses municípios moravam neste tipo de local (Gráfico 13).

Em termos de nível de renda, destaca-se o fato de não se ter verificado desigualdade tão acentuada quanto a observada nos municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do IPRS. Apesar disso, o diferencial entre a renda auferida pelos responsáveis por domicílios residentes em setores censitários de nenhuma vulnerabilidade era quase 7 vezes superior à dos chefes de famílias

Gráfico 13
Distribuição da População, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 3 do IPRS e Estado de São Paulo
2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

das áreas de vulnerabilidade muito alta (Gráfico 14).

A menor desigualdade econômica existente nesses municípios é confirmada quando se analisa a apropriação do total de rendimentos dos chefes de domicílios, segundo grupos do IPVS. Em 2000, apesar de 22,9% dos responsáveis residentes em áreas de nenhuma ou muito baixa vulnerabilidade apropriarem-se de aproximadamente 40% da massa total de renda, os chefes moradores nas áreas de alta vulnerabilidade (49,8%) detinham 35,4% dessa massa. Os grupos intermediários – baixa ou média vulnerabilidade – apropriavam-se de proporção da massa de renda quase equivalente à sua participação entre o total de chefes de domicílios que ali residiam (Gráfico 15).

Quanto à escolaridade, observa-se um acentuado decréscimo do nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio entre os seis grupos de vulnerabilidade – maior presença de chefes com baixa escolaridade nas áreas mais vulneráveis (vulnerabilidade alta e muito alta). Este comportamento é análogo ao observado nos municípios mais ricos do Estado (Grupos 1 e 2 do IPRS). Porém, os níveis de escolaridade dos chefes de família residentes em localidades classificadas como nenhuma vulnerabilidade, vulnerabilidade muito baixa e baixa são menores do que os observados entre os chefes dos Grupos 1 e 2 do IPRS, moradores nesses mesmos tipos de área (Gráfico 16).

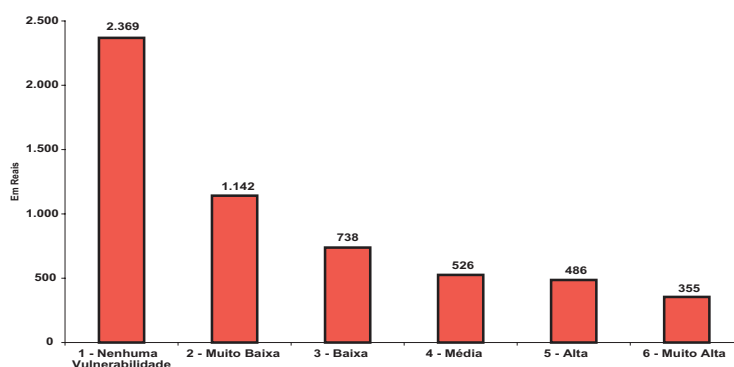
No que se refere aos indicadores demográficos observa-se que quase um quarto dos responsáveis pelos domicílios, nos setores censitários mais vulneráveis (vulnerabilidade

muito alta), tinham menos de 30 anos de idade e mais de 10% de seus moradores eram crianças com menos de cinco anos. Este padrão é semelhante ao observado para os demais municípios do Estado de São Paulo (Gráfico 17).

Um dos fatores explicativos para esses resultados é o pequeno potencial de geração de renda e o perfil demográfico desses municípios. A presença de famílias mais velhas explica parte da menor desigualdade de renda e a grande presença de áreas consideradas de vulnerabilidade alta. O pequeno porte

Gráfico 14

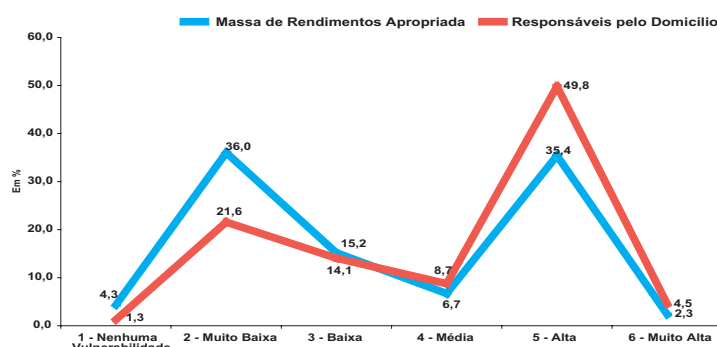
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Municípios do Grupo 3 do IPRS 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Gráfico 15

Proporção da Massa de Renda Apropriada pelos Responsáveis pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Municípios do Grupo 3 do IPRS 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

populacional também é uma importante variável para explicar o comportamento do IPVS nesse grupo, pois municípios pequenos implicam um reduzido número de setores censitários, o que faz com que esse tipo de estudo não acrescente novas informações sobre as condições de vida de suas populações àquelas já disponíveis a partir dos indicadores municipais.

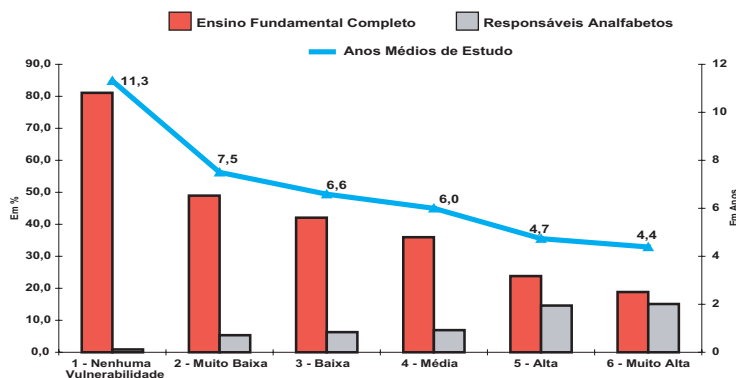
No entanto, é importante destacar que o risco à pobreza ao qual está exposta a população residente em áreas de vulnerabilidade alta é essencialmente distinto daquele referente aos moradores de áreas semelhantes, mas localizadas em grandes centros urbanos. Nesses últimos estão presentes os efeitos deletérios da segregação espacial que se refletem em diferentes estruturas de gastos e de possibilidades de acesso a serviços públicos para as populações residentes nesses dois tipos de municípios.

Municípios Pertencentes ao Grupo 4 do IPRS

Este grupo agrega os municípios com baixo nível de riqueza, mas com indicadores médios de longevidade e escolaridade. Os 189 municípios desse grupo, que abrigam 2,8 milhões de pessoas, concentram-se no centro e nas fronteiras nordeste e região central do Estado e no Vale do Paraíba. Predominam os municípios pequenos (média de 15 mil habitantes), localizados, em geral, em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas. Constitui exceção nesse grupo o município de Poá pertencente à Região Metropolitana de São Paulo.

Gráfico 16

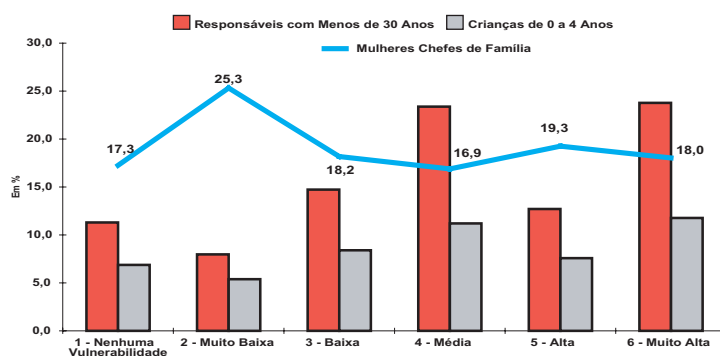
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo e Anos Médios de Estudo, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Municípios do Grupo 3 do IPRS 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Gráfico 17

Responsáveis pelo Domicílio com Menos de 30 Anos, Mulheres Chefes de Família e Crianças de 0 a 4 Anos, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Municípios do Grupo 3 do IPRS 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Nos municípios desse grupo, a distribuição do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) refletia, em 2000, a pouca riqueza e os frágeis indicadores sociais, característicos desse tipo de município. Essa combinação foi a principal responsável pelo fato de mais de 9,2% de sua população (cerca de 260 mil pessoas) residir em áreas de vulnerabilidade muito alta, que aliam presença de famílias jovens com baixos níveis de renda e escolaridade de seus responsáveis. Além disso, o percentual de residentes em setores censitários

classificados como de vulnerabilidade alta correspondia a 49,1%. Os setores censitários de nenhuma vulnerabilidade eram praticamente inexistentes, abrigando apenas 0,6% da população desses municípios (Gráfico 18).

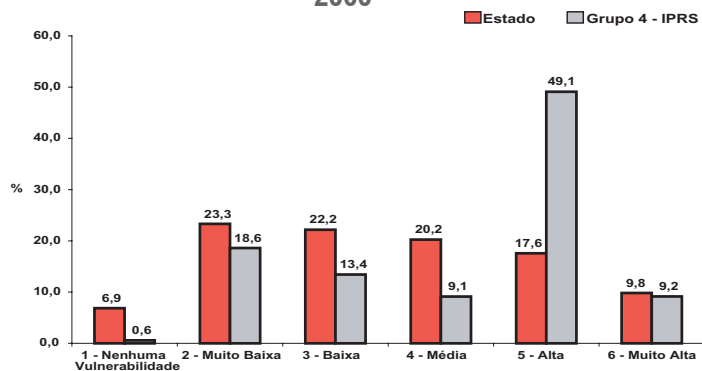
Analogamente aos municípios do Grupo 3 do IPRS, a desigualdade dos rendimentos dos responsáveis não era tão acentuada entre as classes do IPVS quanto a observada para aqueles moradores nos municípios dos Grupos 1 e 2 do IPRS. Além disso, em média, os responsáveis residentes em áreas de nenhuma vulnerabilidade, muito baixa ou baixa auferiam rendimentos inferiores aos dos moradores em áreas semelhantes, mas localizadas em municípios dos Grupos 1 e 2 do IPRS (Gráfico 19).

Esses resultados são confirmados quando se analisa a apropriação do total de rendimentos dos chefes de domicílios, segundo grupos do IPVS. Os responsáveis residentes em áreas de alta vulnerabilidade (49,1% dos chefes de domicílio) se apropriavam de aproximadamente 37% da massa total de renda, os chefes moradores nas áreas de vulnerabilidade muito alta (8,4%) detinham 4,9% dessa massa. Os grupos mais bem posicionados na escala, – nenhuma ou muito baixa vulnerabilidade – equivalendo a 20,7% dos responsáveis, apropriavam-se de cerca de 36% da massa de renda (Gráfico 20).

Em relação à escolaridade, observa-se o mesmo perfil apresentado pelos municípios pertencentes

Gráfico 18

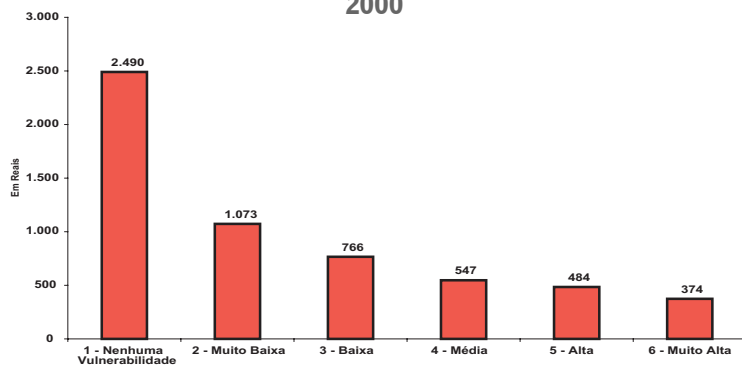
**Distribuição da População, segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 4 do IPRS e Estado de São Paulo
2000**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Gráfico 19

**Rendimento Médio do Responsável pelo Domicílio,
segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 4 do IPRS
2000**

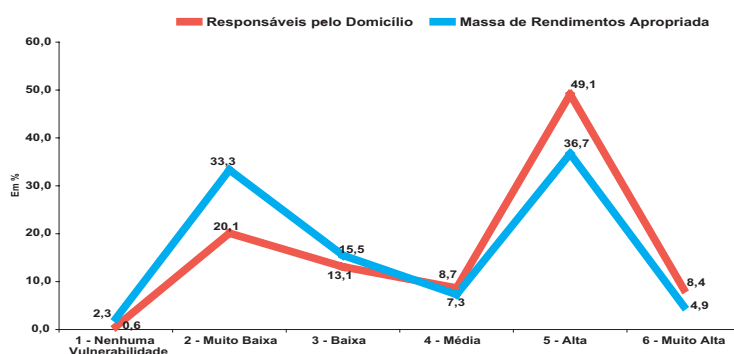


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

Nota: Valores em reais de julho de 2000.

Gráfico 20

**Proporção da Massa de Renda Apropriada pelos
Responsáveis pelo Domicílio, segundo Índice Paulista de
Vulnerabilidade Social – IPVS
Municípios do Grupo 4 do IPRS
2000**



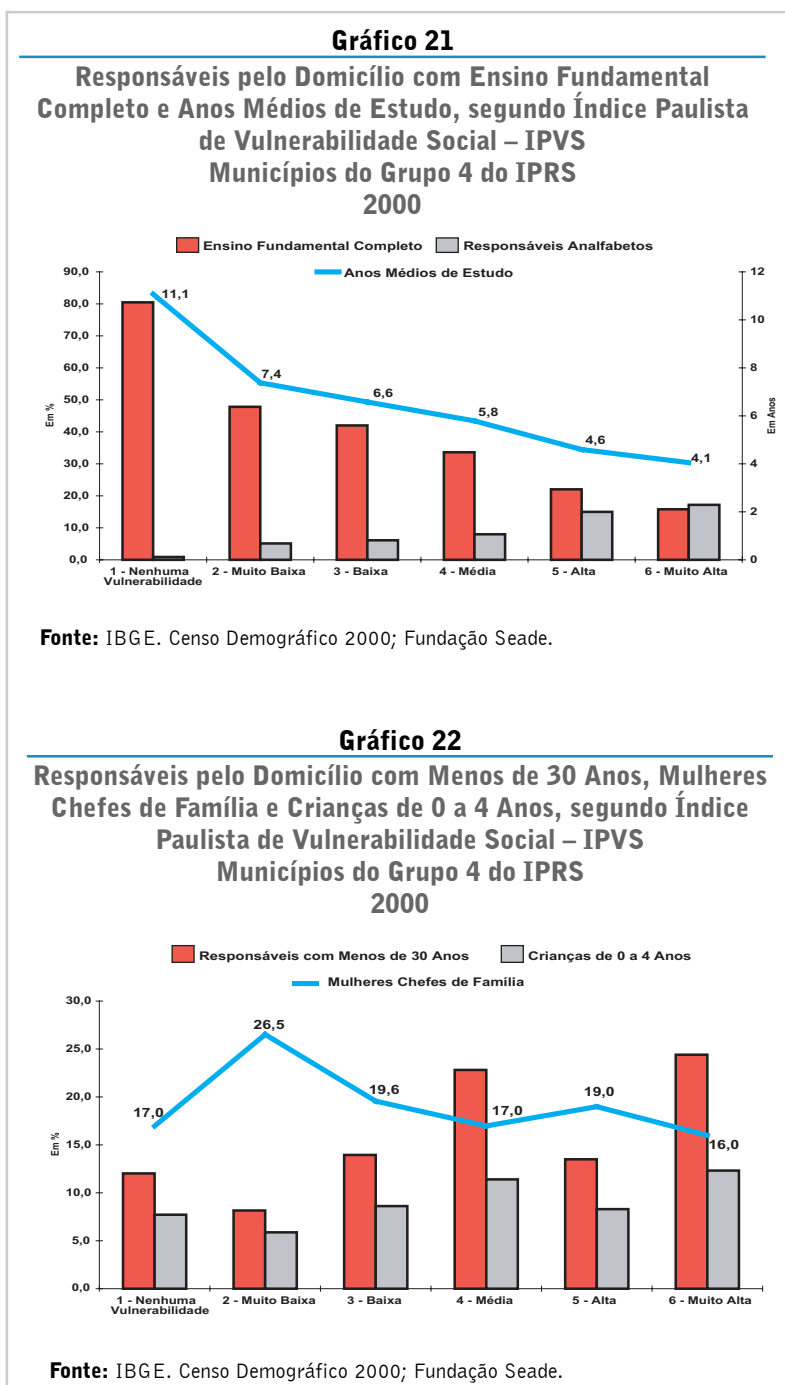
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

aos demais grupos do IPRS – um decréscimo acentuado da escolaridade do chefe do domicílio nas distintas categorias do IPVS. Enquanto os responsáveis residentes nas áreas de nenhuma vulnerabilidade possuíam, em média, 11 anos de estudo, equivalendo ao ensino médio, nas áreas de alta e muito alta vulnerabilidade a escolaridade média era ligeiramente superior a quatro anos. Tal como ocorre no Grupo 3 do IPRS, os chefes de famílias residentes em áreas de nenhuma vulnerabilidade, apresentam menores níveis de escolaridade quando comparados com os chefes dos municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do IPRS, moradores no mesmo tipo de área (Gráfico 21).

Em termos dos indicadores demográficos, observa-se, nos municípios do Grupo 4 do IPRS, o mesmo padrão dos municípios mais desenvolvidos do Estado (Grupo 1 do IPRS). Aproximadamente um quarto dos responsáveis pelo domicílio, nos setores censitários mais vulneráveis (vulnerabilidade muito alta), possuía menos de 30 anos de idade e quase 12% de seus moradores eram crianças com menos de cinco anos (Gráfico 22).

Esses resultados, quando confrontados com o tipo de município analisado (Grupo 4 do IPRS) indicam, em primeiro lugar, piores condições de vida dos moradores das áreas de alta vulnerabilidade em relação aos residentes neste tipo de área localizada em municípios do Grupo 3 do IPRS. Isto porque municípios do Grupo 4 do IPRS não oferecem a seus moradores os benefícios sociais que irão garantir, mesmo em situações de privação de renda, sua condição de saúde, acesso à educação, etc. Em segundo lugar, o

fato de aproximadamente 9% da sua população residir em áreas consideradas de altíssima vulnerabilidade (vulnerabilidade muito alta) adiciona aos problemas sociais desses municípios um grande contingente populacional já em condição de pobreza ou em vias de. Assim, enquanto mais de 60% de sua população apresenta ativos insuficientes para garantir sua qualidade de vida, as condições econômicas e sociais dos municípios agravam ainda mais essa situação.



Municípios Pertencentes ao Grupo 5 do IPRS

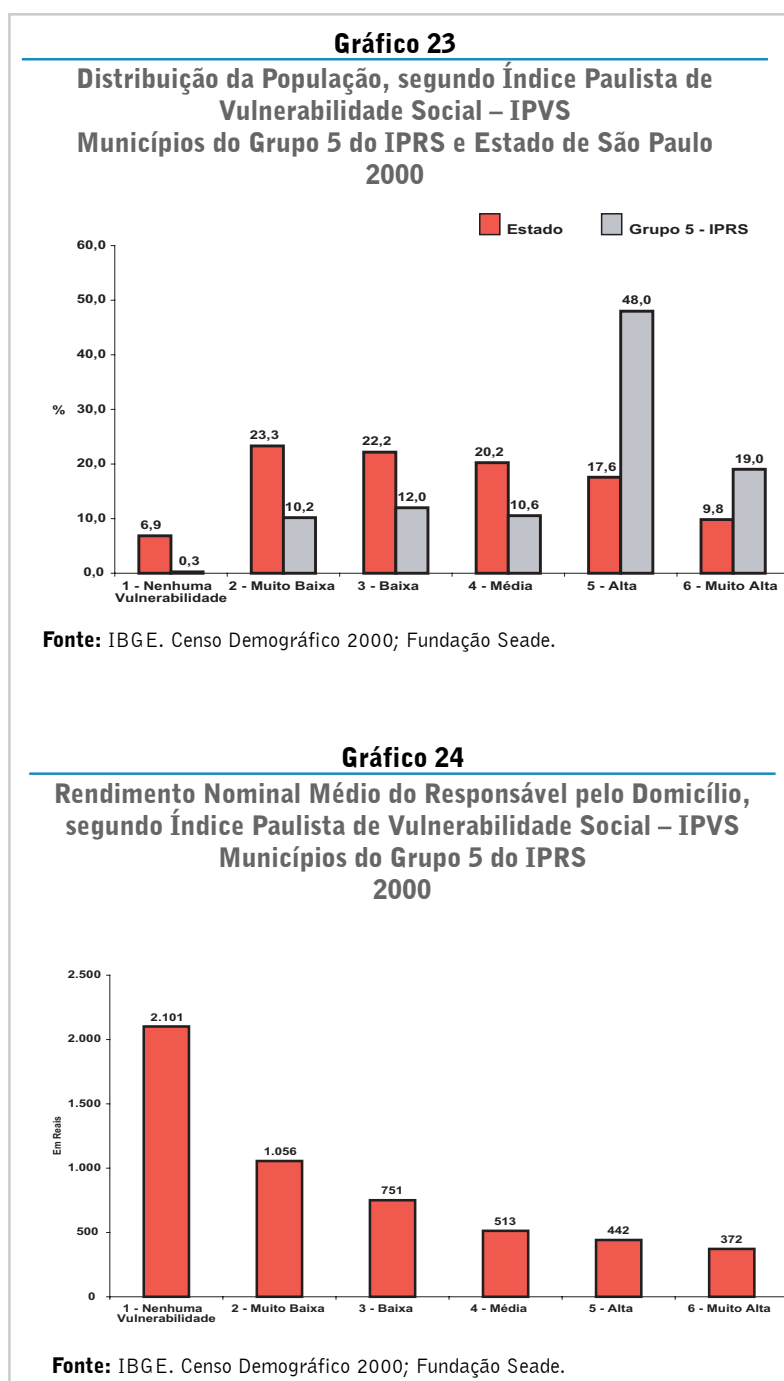
Composto pelos municípios piores situados em termos de riqueza, longevidade e escolaridade no Estado de São Paulo, o grupo 5 do IPRS reúne 114 municípios concentrados principalmente no Vale da Ribeira e na região serrana do Vale do Paraíba. Em 2000, esses municípios possuíam 2 milhões de habitantes. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (média de 19 mil habitantes), localizados em áreas marcadas pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Confirmando essas características municipais, a distribuição do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) mostra que, em 2000, 77,6% da população residia em áreas de vulnerabilidade média, alta ou muito alta. Estes dois tipos de áreas englobavam cerca de 67% da população total desses municípios, sendo que 19% estavam nas áreas mais vulneráveis (vulnerabilidade muito alta). Os setores censitários classificados como de nenhuma vulnerabilidade eram praticamente inexistentes: apenas 0,3% da população morava neste tipo de local (Gráfico 23).

Em relação à renda, observa-se distintos níveis de renda dos chefes de domicílios nos seis grupos do IPVS. Nos domicílios dos setores censitários de nenhuma vulnerabilidade, os chefes obtinham uma renda média de R\$ 2.101,00, enquanto nas áreas de vulnerabilidade muito alta auferiam, em média, R\$ 372,00. Além disso, em média, os respon-

sáveis residentes em áreas de muito baixa ou baixa vulnerabilidade auferiam rendimentos inferiores aos obtidos por chefes de família residentes nesse tipo de áreas, mas localizadas em municípios dos Grupos 1 e 2 do IPRS (Gráfico 24).

Analogamente ao ocorrido nos municípios pertencentes aos grupos do IPRS com baixa riqueza e pequeno porte (Grupos 3 e 4), a desigualdade dos rendimentos dos responsáveis, entre as classes do IPVS, era menos acentuada

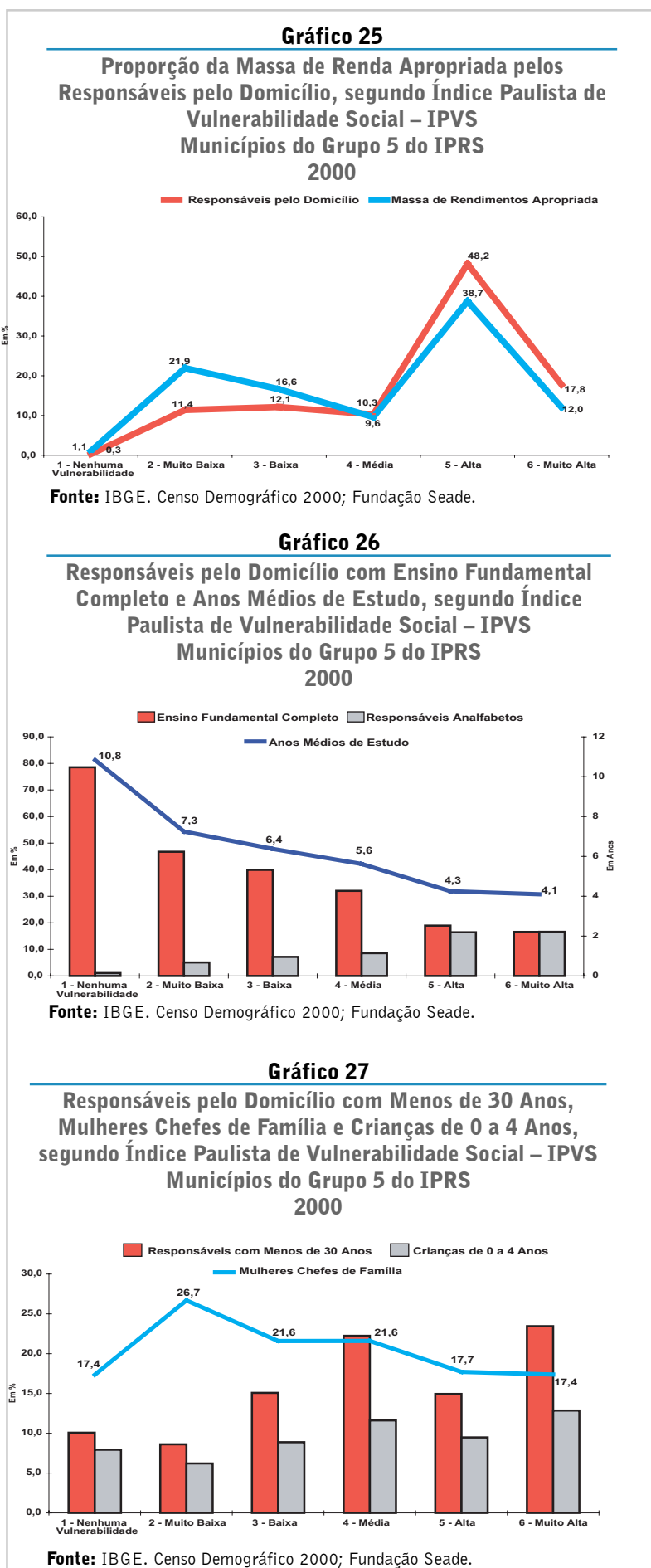


do que nos Grupos 1 e 2 do IPRS (Gráfico 25).

Em média, os responsáveis pelo domicílio nas áreas de vulnerabilidade alta e muito alta possuíam quatro anos de escolaridade, em 2000. Destaca-se o fato de os chefes de famílias desses municípios apresentarem menores níveis de escolaridade do que aqueles residentes em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do IPRS, independentemente do grau de vulnerabilidade da área em que residiam (Gráfico 26).

Em termos dos indicadores demográficos, observa-se nos municípios desse grupo o mesmo padrão dos demais municípios do Estado de São Paulo. Cerca de um quarto dos responsáveis pelo domicílio, nos setores censitários mais vulneráveis (vulnerabilidade muito alta), possuíam menos de 30 anos de idade e quase 13% de seus moradores eram crianças com menos de cinco anos (Gráfico 27).

A distribuição do IPVS nesse grupo de municípios reflete suas piores condições de desenvolvimento, pois apresentam o pior cenário econômico e social entre todos os municípios do Estado de São Paulo. Assim, da mesma forma que no Grupo 4 do IPRS, a maioria de sua população possui ativos insuficientes para garantir sua qualidade de vida, com as condições econômicas e sociais dos municípios potencializando essa situação. Isso torna tal conjunto de municípios alvo prioritário de políticas públicas, que visem o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do conjunto de sua população.



Referências Bibliográficas

- BERCOVICH, A.; PEREIRA, N.M. Unidad de empadronamiento: hogar, vivienda o familia? Ventajas y desventajas del enfoque del censo brasileño. In: CELADE (ed.). *América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000*. Santiago de Chile, Cepal, 1999, p.171-203.
- BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo XXI. In: Seminário Internacional "Las Diferentes expresiones de la Vulnerabilidad en América Latina y el Caribe". *Anais do Seminário Internacional "Las Diferentes expresiones de la Vulnerabilidad en América Latina y el Caribe"*. Santiago de Chile, Cepal – Celade, 2001.
- CEM. *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo, CEM – Secretaria Municipal de Assistência Social, 2004.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social: continuidade e desdobramentos – Clusters de pobreza – Região Administrativa de Campinas – Projeto-Piloto*. São Paulo, Fundação Seade, 2003a.
- _____. *Índice Paulista de Responsabilidade Social: continuidade e desdobramentos – Atualização*. São Paulo, Fundação Seade, 2003b.
- _____. *Serviços para diagnóstico das condições habitacionais no Estado de São Paulo*. Fundação Seade, 2001.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.
- KATZMAN, R. *Vulnerabilidad, activos y exclusion social en Argentina y Uruguay*. Santiago de Chile, OIT-Ford, 1999.
- _____. Seduced and abandoned: the social isolation of the urban poor. In: *Cepal Review*, v. 75, 2001, p.163-180.
- MERRICK, T.W. Population and poverty: new view and old controversy. *International Family Planning Perspectives*, v.28, n.1, 2002, p. 41-45.
- MINGIONE, E. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: MINGIONE, E. (Org.). *Urban poverty and the underclass*. Nova York, Blackwell, 1999.
- NUSSBAUN, M.; SEN, A. *La calidad de vida* (Introdução). México: Fondo de Cultura Económica e The United Nations University, 1998.
- RUBALCAVA, R.M.; ORDAZ, J.C. Población prioritária en zonas marginadas. In: GARZA, G. (Org.). *Atlas demográfico de México*. Cidade do México, Conapo-Progres, 1999, p.39-83.